



Antony Josué Corrêa (Setor de educação e comunicação do MST) // SC, Brasil “Esperançar é um ato de solidariedade de classe. A composição submetida como cartaz é a expressão do que vi e que vivemos na pandemia. Formada por um mosaico de cenas, ações e atos que retratam em sua maioria o que passa e o que realiza o povo trabalhador camponês. / As imagens são de místicas, atos de solidariedade e por justiça, colheita, produção de marmittas e plantio de árvores, ações realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra e parceiros voluntários ao longo de 2020 e 2021. / O cartaz é composto ao fundo por recortes de manchetes falando sobre as ações, sobreposta por um mosaico com uma sequência de 221 fotografias que se repetem em cerca de 513 cédulas. Estas imagens e palavras compõem a imagem de Paulo Freire, e expressam a concretização de suas ideias. / As imagens utilizadas são de repositórios organizados pela comunicação e redes sociais do Movimento, com algumas imagens de autoria própria. Elas expressam a diversidade de sonhadores que há entre o povo trabalhador!”

2 Artigo

Por uma comunicação popular crítica e libertadora em tempos de desinformação e manipulação

Alfredo Luiz M. Portugal¹

Resumo // Este artigo traz uma reflexão sobre a necessidade de os movimentos sociais darem protagonismo ao debate sobre os meios de comunicação no Brasil em tempos de desinformação e manipulação. Tal discussão tem forte influência das ideias de Paulo Freire e da atualidade de sua leitura crítica e dialógica do mundo. Alinha-se às ações comunicativas e educativas populares praticadas nos movimentos sociais camponeses, caracterizados por um fazer contra-hegemônico. Trata-se de uma revisão bibliográfica e documental que nessa relação de saberes busca espaço para o protagonismo do debate sobre os meios de comunicação através do processo educativo e formativo dos movimentos sociais do campo.

Palavras-chave // Comunicação popular. Movimentos sociais do campo. Educação popular.

1 Aluno do Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia; e militante do Coletivo Brasil de Comunicação - Intervenções. E-mail: aluzportugal@gmail.com

Introdução

Desde o golpe de 2016, quando o Brasil passou a ser governado por representantes da direita e extrema direita fascista, o protagonismo dos meios de comunicação se evidenciou como eixo central da estrutura econômica, política e cultural da sociedade. A espetacularização da mídia no processo de impeachment de Dilma Rousseff e na perseguição e prisão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva são exemplos recentes do uso político dos meios de comunicação que, somados à disseminação de informações falsas através das redes sociais, impulsionaram a campanha que culminou na vitória do atual presidente Jair Bolsonaro.

Os meios de comunicação são historicamente caracterizados no Brasil, dentre outros aspectos, pela concentração da renda nas mãos de poucas corporações, e estas, por sua vez, pelo controle e domínio da produção, transmissão e distribuição dos conteúdos. Essa concentração implica na imposição de valores hegemônicos pautados pelo consumo, por um modelo de negócio alinhado ao sistema capitalista e pela incapacidade de representar a pluralidade cultural que caracteriza o Brasil.

Se por um lado tem-se os meios de comunicação a serviço do capital, pautados pelo interesse hegemônico, centralizador; por outro lado, tem-se a força da comunicação popular, de participação horizontal, crítica, de caráter libertador que parte das manifestações do próprio povo. Esta comunicação popular também sempre fez parte da dinâmica da sociedade brasileira, principalmente, a partir dos Movimentos Sociais, e apresenta princípios bem próximos ao pensamento de Paulo Freire, através do diálogo, da crítica, da libertação e, claro, por conseguinte, no seu caráter contra-hegemônico.

E é daqui que parte nossa discussão: da atualidade do pensamento de Paulo Freire, através de sua leitura crítica do mundo, de sua capacidade dialógica, de sua pedagogia libertadora que dá voz à classe oprimida. Partimos também do caráter educativo, formativo e crítico dos Movimentos Sociais que ao comunicar-se praticam o que se entende por comunicação popular, feita pelos sujeitos protagonistas da história, falando da sua realidade. E partimos ainda da própria comunicação popular e do seu viés contra-hegemônico que historicamente protagoniza a luta popular na batalha das ideias.

Esse percurso segue até o que entendemos como um caminho para o enfrentamento à desinformação, ao silenciamento, à hegemonia que caracterizam as desigualdades nos meios de comunicação e que tem ganhado proporções ainda maiores na atualidade. Esse caminho é o da discussão dos meios de comunicação

nas comunidades, da leitura crítica, da educação para os meios de comunicação. Discutir os meios de comunicação em tempos de desinformação passa a ser uma prioridade para aqueles que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária.

O momento que o país atravessa, marcado pelo recrudescimento da extrema direita e, por conseguinte, pelo duro processo de transformação que os espaços públicos e as instituições enfrentam, nos faz crer que os movimentos sociais são espaços capazes de viabilizar essa discussão de maneira mais plural, rápida e eficiente por seu caráter de atuação autônoma com dinâmica própria e capacidade organizacional para além dos muros das instituições.

A atualidade do pensamento de Paulo Freire e a leitura crítica para o entendimento do mundo

“Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”. É com essa frase que Paulo Freire inicia a escrita da *Pedagogia do Oprimido* (1987), uma de suas obras mais importantes. E é com ela que iniciamos nossa discussão, pois nos remete de imediato a um Freire mais que educador, preocupado sim com as questões educacionais, mas também com a situação brasileira caracterizada pela injustiça social e pela necessidade de transformação.

Não por acaso, a principal parte de sua obra — apesar da atualidade das discussões — se refere ao contexto vivido nas décadas de 1960 a 1980, marcado pela opressão vigente no período da ditadura militar (1964–1985); marcado pelo analfabetismo, pela extrema pobreza e desigualdade social; além da condição de manipulação político-ideológica da população. Como bem coloca Cicilia Peruzzo (2017, s/p):

Nesse contexto ele [Paulo Freire] se mostrou preocupado com a democratização da sociedade (geral) e dentro dela com a democratização da cultura, e indicou caminhos para a realização desse pleito. Claro que sua obra não se resume a esses aspectos, haja vista toda contribuição quanto ao método de alfabetização e as reflexões entre educadores, educando e o mundo etc. Seu método de alfabetização de adultos, inclusive, não se

restringe a ensinar a ler a escrever, mas a ler o mundo para transformar a sociedade injusta e opressora.

Assim, o pensamento de Freire lança olhar para a educação formal, entendida como aquela que acontece dentro da escola; mas, também para educação não formal ou informal que acontece fora do espaço escolar. E ainda, o pensamento dele ultrapassa o campo da Educação e ganha espaço em outras áreas do saber. Então, quando se fala em educação libertadora de Paulo Freire, por exemplo, está se falando da libertação da condição de pensar a partir dos ideais dominantes. A Educação para a liberdade é capaz de fazer o ser humano ser sujeito da história.

A concepção de uma educação libertadora e problematizadora amplia o olhar e a capacidade de leitura do mundo, rompe com a relação vertical Opressor X Oprimido que está consolidada e estruturada para assim permanecer. E nessa perspectiva, rompe com aquilo que Freire (1987) vai chamar de educação bancária, que aliena, estagna e limita a capacidade reflexiva do sujeito uma vez que o entende como mero depósito de conteúdo. “A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1987, p. 67).

Para isso é necessário uma permanente leitura crítica, que se aplique aos meios de comunicação como expressão da palavra mundo. Leitura esta capaz de problematizar, e na qual as pessoas se sintam sujeitos do seu pensar, discutindo sua própria visão do mundo. Discutindo, nesse caso, os meios de comunicação a partir de uma representação democrática e plural, inclusive do ponto de vista da acessibilidade.

Para Paulo Freire (2011, p. 19), “uma compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou na linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Além disso, é preciso entender-se sujeito, mas, sobretudo, o seu lugar enquanto sujeito no e com o mundo. Entender-se sujeito no mundo em diálogo com outros seres e saberes; esse diálogo é a essência da educação e da comunicação libertadora. É a partir desse pensamento que se estabelece uma relação próxima com a comunicação popular e suas características.

A comunicação popular e seu caráter crítico e libertador

É no mesmo contexto histórico em que as ideias de Paulo Freire ganham força através de suas práticas, que a comunicação popular surge como alternativa à comunicação hegemônica a partir dos movimentos populares. Em sua característica, estão presentes alguns dos pressupostos teóricos de Freire. Como indica Mário Kaplún (1985 apud Peruzzo, 2006, p. 3), trata-se “de uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”.

A comunicação popular, segundo Círculo Peruzzo (2006, p. 2), se caracteriza como “expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o povo como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. Assim sendo, é um instrumento político das classes subalternas para expressar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

Esse processo educativo caracterizado na comunicação popular é assim explicado por Kaplún (2002, p. 15):

¿Por qué empezar hablando de educación y no directamente de comunicación? ¿No es alargar el camino con un rodeo innecesario? En primer lugar, cuando hacemos comunicación educativa estamos siempre buscando, de una y otra manera, un resultado formativo. Decimos que producimos nuestros mensajes “para que los destinatarios tomen conciencia de su realidad”, o “para suscitar una reflexión”, o “para generar una discusión”. Concebimos, pues, los medios de comunicación que realizamos como instrumentos para una educación popular, como alimentadores de un proceso educativo transformador.

O que se pretende do processo educativo e da leitura crítica dos meios de comunicação é conscientizar os sujeitos para sua capacidade de contraposição à realidade dos meios de comunicação no Brasil. Para tanto, é necessário discutir a diversidade e a pluralidade nesses meios; fortalecer a participação popular na governança do acesso e do uso da internet brasileira; discutir os limites à propriedade cruzada; pensar a estruturação de políticas de comunicação local e espaços

públicos, como escolas e centros culturais; buscar a inclusão de disciplinas de educação e comunicação para os meios de comunicação nas escolas do campo; entre outras coisas.

É nesse processo — que consideramos aqui como de ruptura — que a comunicação popular se faz acontecer. Na perspectiva de Pedro Gilberto Gomes (1990, p. 47), “a comunicação popular é aquela que se insere num contexto alternativo que é o do enfrentamento com o projeto de dominação capitalista e dele se define como agente de definição do projeto”. No âmbito da história e da atualidade, “o papel maior de uma comunicação contra-hegemônica é o de fazer pensar, o de propiciar novas formas de reflexão, com o objeto precípua e final de libertar as consciências” (Paiva, 2008, p. 166).

Esse fazer pensar e esse enfrentamento ao projeto de dominação capitalista para o libertar das consciências nos remete novamente a Paulo Freire (1987, p. 34) quando fala sobre a liberdade:

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal fora dos homens, ao qual, inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos.

Daí a necessidade de superar a situação de dominação hegemônica dos meios de comunicação. Isso implica reconhecimento crítico; significa o esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes, como apontamos anteriormente. Pois, como afirma Peruzzo (2017, s/p),

A comunicação, no contexto dos movimentos populares e comunitários, se ancora na prática da liberdade explicitada no exercício do direito de comunicar a partir do seu saber e da própria voz e do empoderamento das tecnologias de comunicação, as mais diversas, para colocá-las a serviço das comunidades nas lutas para mudar as condições desumanas de existência e interferir na política, nas políticas públicas e na ação dos Estados.

Os Movimentos Sociais do Campo e seu papel educativo e de formação

Para Alain Touraine (apud Gohn, 2011), os movimentos sociais são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime, ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos” (Gohn, 2011, p. 336). Assim, os movimentos são capazes de realizar diagnósticos sobre a realidade social e de construir propostas, de atuar em rede, de se autogerir, têm como horizonte a construção de uma sociedade democrática.

A partir disso, é preciso pensar também os movimentos sociais como espaços educacionais para além dos muros das escolas, espaços mais próximos do povo e mais distantes do ideal de “formação” no sentido de pôr em uma forma dada; espaços de educar para aprender e construir um pensamento crítico diante do mundo. Para Maria da Glória Gohn (1994, p. 17),

Falar da existência de um processo educativo no interior de processos que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico.

Quando lançamos olhar para os movimentos sociais do campo, observamos também a capacidade desses movimentos de estabelecerem o diálogo entre o campo e a cidade. A capacidade de interiorizar, no sentido de levar as discussões para o campo, sobretudo aquelas que muitas vezes se restringem aos centros urbanos, como é o caso aqui da discussão sobre os meios de comunicação. Observamos ainda a capacidade educativa, formativa, crítica que possibilita uma ruptura com a ordem hegemonicamente vigente.

Assim, localiza-se aqui o potencial transformador desses movimentos que, a história também nos mostra, são capazes de mudanças. “As mudanças que engendram não são apenas no cenário político-econômico, mas também se referem à dinâmica das relações vividas pelas pessoas mais diretamente ligadas a eles” (Melo apud Melo Almeida, 2009, p. 142).

Há algum tempo os principais movimentos sociais do campo atuam através de uma comunicação que se estabelece por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos não tão novos meios de comunicação e informação, como a internet. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), por exemplo, possui amplo protagonismo na área de comunicação popular e alternativa.

A centralidade da comunicação na luta do MST também deve ser considerada a partir da história, que se atualiza no funcionamento de seus *sites*, *twitter*, jornais, revistas, audiovisuais e rádio. Relacionadas ao âmbito comunicacional estão, também, as ações simbólicas não-midiáticas, como a icônica, as palavras de ordem, as marchas, as atividades culturais, os festivais de música e poesia, a assessoria de comunicação, os cursos formativos e os documentos de comunicação (Guindani; Engelman, 2012, p. 62. Grifos dos autores).

A trajetória histórica do MST é marcada, entre outras coisas, pela trajetória de um modelo de comunicação contra-hegemônica, de caráter popular. Segundo Guindani e Engelman (2012, p. 62), “suas ações comunicacionais avançam pelos mais variados segmentos: para a mobilização popular; para a interação com a sociedade, tendo em vista a sua transformação, como também a própria organização dos trabalhadores rurais”.

Um outro exemplo de movimento social do campo é o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que se autodefine como um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. De acordo com o próprio movimento (MPA, s.d.), ele busca resgatar a identidade e a cultura camponesa na sua diversidade, e se coloca ao lado de outros movimentos populares do campo e da cidade para a construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na soberania e nos valores de uma sociedade justa e fraterna.

Essa construção é traspassada também por um fazer comunicação de caráter popular. As práticas desta comunicação nascem a partir da necessidade de comunicar as lutas por soberania alimentar. E é uma comunicação feita predominantemente pela juventude do campo, cuja formação de base advém principalmente através das lutas do movimento e de sua realidade no campo. Segundo Eulália

Maria², coordenadora do coletivo de comunicação do MPA na Bahia, a preocupação com a comunicação no Movimento sempre existiu. Nos eventos promovidos pelo MPA (marchas, mutirões, formações), por exemplo, a comunicação sempre esteve presente no processo organizativo, bem como na produção de material de divulgação, matérias para veículos jornalísticos impressos, para rádio e para o próprio blog e site do movimento.³

O MPA tem em sua estrutura organizativa um coletivo nacional de comunicação, que dialoga com os coletivos estaduais, que, por sua vez, estão subdivididos em regionais. Essa organicidade em relação conjunta com os demais coletivos movimentam a comunicação interna, mas também está presente na produção de uma comunicação para fora, para a sociedade, através do site do Movimento, de suas redes sociais, campanhas, mutirões e formações.

A partir desses exemplos, é importante ressaltar uma outra concepção dos movimentos sociais apresentada por Scherer-Warren (apud Melo Almeida, 2009) que os compreende como ações coletivas organizadas, produzidas em reação a carências não atendidas. E destaca o aspecto da comunicação entre os participantes, apontando para a velocidade e o dinamismo que constituem tais movimentos, observando ainda diferentes graus ou formas de inserção num mesmo movimento social. Para Scherer-Warren (apud Melo Almeida, 2009, p. 145-146),

Movimento Social é um conjunto abrangente de práticas sociopolítico-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre os sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político, ou com múltiplas práticas efetivas.

Essas características nos fazem crer na viabilidade de discutir os meios de comunicação de forma crítica no âmbito dos movimentos sociais do campo, entendendo que esses movimentos são capazes de propor este olhar crítico sobre os meios de comunicação, alinhando esta às outras pautas de lutas que são prioritárias nesses movimentos, a exemplo da soberania alimentar, da questão agrária, entre outras. É preciso ressaltar ainda que tais lutas camponesas também se desenrolam

2 Comunicação oral ao autor em entrevista sobre a história do coletivo de comunicação na Bahia. Este material ainda não foi publicado, e compõe a pesquisa do autor, no mestrado em Educação no Campo, na UFRB.

3 Muito embora o MPA produza muito material a partir da sistematização de seus processos, ainda não há nenhum material escrito sobre a comunicação. Isto evidencia uma percepção interna no movimento de que a comunicação é uma área importante de atuação, que, no entanto, precisa ser fortalecida.

no âmbito da informação e da comunicação, naquilo que convencionamos chamar batalha das ideias.

Por uma comunicação popular crítica e libertadora em tempos de desinformação e manipulação

Aqui se busca protagonizar o debate sobre os meios de comunicação em nosso país por um viés educativo, de leitura crítica, problematizadora. Não que ele não exista. Ele existe e está no enfrentamento diário através de lutas travadas na batalha das ideias, mas na contra luz de outras pautas do campo também importantes, como ressaltamos. O que se pretende aqui, entretanto, é trazer a discussão sobre os meios de comunicação para o centro do debate social, coletivo, nos espaços públicos, por dentro dos Movimentos Sociais do Campo e através deles.

O momento de crise pelo qual passamos atualmente exige urgência no debate sobre os meios de comunicação. O Brasil é historicamente caracterizado pela concentração desses meios. Isso significa concentração do discurso, que se desdobra no silenciamento de diversos povos, diversas culturas, diversos saberes, especialmente no que toca as populações rurais, não urbanizadas, historicamente apagadas do espaço midiático. Em tempos de desinformação e manipulação da informação, é preciso discutir com a sociedade os meios de comunicação que temos e os que queremos, inclusive, de que forma queremos.

A crise sanitária causada pela pandemia da covid-19 obrigou as pessoas ao isolamento social, um isolamento físico e não virtual. O que significa que os meios de comunicação nesse contexto ganharam proporções ainda maiores no processo de mediação da informação e comunicação entre as pessoas, num mesmo instante em que esses mesmos meios se demonstram frágeis no sentido da segurança e do controle dessa mesma mediação.

Para além dessas questões, este mesmo contexto que se mostra dependente desses meios evidencia as desigualdades de acesso a tais espaços. Tal percepção se intensifica quando entendemos que o uso das tecnologias através dos meios de comunicação também media hoje o acesso ao ensino remoto das escolas, o acesso ao auxílio emergencial e à própria possibilidade de comunicação interpessoal.

Uma pesquisa realizada recentemente — coordenada pelo Intervezes — Coletivo Brasil de Comunicação Social, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) — evidencia as dificuldades de acesso à internet por comunidades rurais e quilombolas do nordeste brasileiro. Com o título *Territórios Livres, Tecnologias Livres*, a pesquisa foi realizada com 274 famílias de 33 comunidades dos nove estados do Nordeste entre os meses de abril e junho de 2021. O resultado aponta, por exemplo, que quase 90% dessa população não possui computador em casa, e quase 70% não tem acesso à internet.

Esse resultado expõe que, num país em que as desigualdades sociais são acentuadas, o acesso aos meios de comunicação também é restrito. Isso se desdobra, por exemplo, no alto índice de evasão escolar, no fechamento das escolas do campo, nas longas filas nas Casas Lotéricas para acessar auxílio emergencial e Bolsa Família mesmo num contexto de pandemia. E aqui é importante salientar que junto à acessibilidade é necessária a educação para os meios, educação, como já colocamos, crítica, problematizadora para que essas pessoas, uma vez incluídas no acesso, não sejam excluídas e silenciadas nesses espaços. Acessar a internet não é o suficiente. É preciso possibilitar a todas as pessoas a capacidade de compreensão crítica dos meios e seus desdobramentos sobre a realidade e, assim, possibilitar igualmente a capacidade de protagonizar a construção de uma comunicação popular, campesina, que inclua discursos e percursos reais.

Desta forma, o debate sobre os meios de comunicação com a sociedade é crucial nesse momento. Precisamos pensar um processo educativo e formativo sobre essa discussão na base, em nossos espaços e em nossas comunidades. Os Movimentos Sociais do Campo, através de suas práticas e de sua história de luta capaz de mobilização popular, de processos educativos e formativos da subjetividade dos sujeitos, podem ser espaços para trazer o protagonismo deste debate para o centro das discussões.

Isso não significa anular as pautas prioritárias de luta, mas somar-se a elas também através desse debate, entendendo que são também nesses espaços que tais batalhas acontecem. Para isso, partimos do pensamento de um dos nossos maiores intelectuais brasileiros, através da comunicação que nos caracteriza: a comunicação popular, crítica e libertadora. A comunicação contra-hegemônica capaz de realizar o enfrentamento por meios de comunicação democráticos e públicos.



Referências Bibliográficas

- DANTAS, Marcos. O capital é a rede: 25 teses sobre meios de comunicação e capitalismo. **Projeto Brasil Popular**, GT de Sistema de Comunicação. pp. 52-64. 2019.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Conscientização**. Teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4ª ed., São Paulo, Loyola, 2004.
- _____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011, p. 333-361. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- GOMES, Pedro Gilberto. **O jornalismo alternativo no projeto popular**. São Paulo: Paulinas, 1990.
- GUIDANI, Joel Felipe; ENGELMANN, Solange I. A comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: história e contexto de uma luta contra-hegemônica (MST). **Revista Brasileira de História da Mídia**, vol. 1, n. 1, jan./jun. 2012, pp. 61-70. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/rbhm/ed01/artigos/06.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Territórios livres, tecnologias livres. 2021. Disponível em: <<http://territorioslivres.online/>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación**: el comunicador popular. La Habana: Editorial Caminos, 2002.

LIMA, Venício A. de. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire. 2. ed., Brasília: UnB, 2011.

MELO ALMEIDA, Denise Mesquita de. Entre ações coletivas e subjetividade: o caráter educativo dos movimentos sociais. **EccoS Revista Científica**, vol. 11, nº 1, enero-junio 2009, pp. 141-156.

MPA. **O movimento**. s/d. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/historico/>>. Acessado em: 03 nov. 2020.

PAIVA, Raquel. Contra-mídia-hegemônica. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PERUZZO, Círcia Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

_____. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom. **Anais...** 6 a 9 set. 2006, pp. 1-17.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**. v. 12, maio-agosto 2009, p. 46-61.

_____. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. In: **Revista Famecos**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 24, n. 1, janeiro-abril 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2017.1.24207>>. Acessado em: 03 nov. 2020.

SILVA, Merli Leal. Pedagogia freireana na perspectiva da educomunicação popular. **Rev. Ed. Popular**. Uberlândia, v. 18, n. 3, p. 4-19, set./dez. 2019.